

LUPA NEWS

Salomão Muchanga e a fase decisiva da Reconciliação Nacional

O diálogo deve ser um pedido de desculpas ao povo moçambicano

-Em Nampula, o líder da Nova Democracia defendeu que o Diálogo Nacional Inclusivo só terá significado se resultar em reformas profundas do Estado, na despartidarização das instituições e na cura das feridas políticas acumuladas ao longo de décadas. Para Salomão Muchanga, a reconciliação nacional exige coragem para reconhecer erros históricos e construir um novo pacto de convivência entre os moçambicanos.



O embuste do diálogo excludente em implosão



Mau tempo desvia voos da LAM e provoca perturbações no tráfego aéreo de Maputo

Salomão Muchanga e a fase decisiva da Reconciliação Nacional

O diálogo deve ser **um pedido de desculpas** ao povo moçambicano

Em Nampula, o líder da Nova Democracia defendeu que o Diálogo Nacional Inclusivo só terá significado se resultar em reformas profundas do Estado, na despartidarização das instituições e na cura das feridas políticas acumuladas ao longo de décadas. Para Salomão Muchanga, a reconciliação nacional exige coragem para reconhecer erros históricos e construir um novo pacto de convivência entre os moçambicanos.

Num dos discursos politicamente mais densos apresentados desde o início das audições provinciais do Diálogo Nacional Inclusivo, o presidente da Nova Democracia, Salomão Muchanga, colocou a reconciliação nacional no centro da agenda política moçambicana, defendendo que o processo em curso não pode transformar-se numa simples sucessão de encontros protocolares, mas deve constituir um verdadeiro momento de revisão crítica da trajetória do Estado e das suas instituições.

Falando recentemente em Nampula, perante participantes das audições provinciais, Muchanga apresentou uma leitura simultaneamente política, económica e social dos desafios do País, argumentando que Moçambique chegou a um ponto em que o adiamento das reformas estruturais deixou de ser uma opção.

Na sua visão, o País encontra-se diante de uma encruzilhada histórica em que continuar a preservar modelos de governação considerados ultrapassados significa prolongar bloqueios ao desenvolvimento, aprofundar desigualdades e alimentar ciclos recorrentes



tes de instabilidade política. “O País está cansado de promessas, de reuniões e de falácias”, afirmou o dirigente, sustentando que a essência do Diálogo Nacional Inclusivo deve residir na capacidade de promover mudanças reais e não apenas produzir consensos formais.

A intervenção surge numa fase particularmente

sensível da vida nacional, marcada pela implementação dos entendimentos políticos alcançados após o ciclo de tensão pós-eleitoral que voltou a expor fragilidades históricas da democracia moçambicana. É neste contexto que o líder da Nova Democracia defende aquilo que designa por uma “destruição criativa” das estrutu-

ras que já não respondem às necessidades da sociedade.

Para Muchanga, nenhuma nação consegue prosperar mantendo políticas concebidas para realidades do passado, nem pode aspirar a níveis elevados de desenvolvimento quando o sistema cria obstáculos para aqueles que trabalham, produzem e procuram

construir uma vida digna.

A sua proposta assenta num conjunto de reformas que considera indispensáveis para refundar a relação entre Estado e cidadãos.

Entre elas, destacou uma reforma profunda do sistema judicial, para garantir uma justiça séria, independente e capaz de proteger efetivamente os direi- ►

tos dos cidadãos; uma reforma fiscal orientada para a simplificação de procedimentos e para o estímulo da iniciativa eco-

ausência de confrontação armada ou como coexistência entre elites políticas. Para ele, reconciliar o País significa sarar feridas

verdadeira prova da reconciliação acontecerá quando os partidos passarem a aceitar os resultados eleitorais sem recurso à violência e

os compromissos atualmente discutidos produziram mudanças reais na cultura política nacional. A crítica às institui-

Na sua perspectiva, enquanto persistir a percepção de que determinadas instituições possuem um “dono político”, a reconci-



nómica; e uma reforma da descentralização que atribua poder e recursos reais às províncias e aos distritos. Mas foi quando abordou a questão da reconciliação nacional que o discurso adquiriu maior profundidade política. Segundo o líder, a reconciliação não pode continuar a ser entendida apenas como

acumuladas ao longo de décadas de conflitos, desconfianças e exclusões. Significa, igualmente, construir um ambiente político em que as eleições deixem de representar momentos de medo e tensão para se transformarem em exercícios normais de alternância democrática. Na leitura de Muchanga, a

quando aqueles que conquistarem o poder abandonarem práticas de perseguição contra os derrotados. Por isso, apontou os ciclos eleitorais de 2028 e 2029 como o primeiro grande teste à credibilidade do Diálogo Nacional Inclusivo. Será, segundo argumentou, nesse momento que o País poderá avaliar se

ções do Estado ocupou igualmente lugar central na sua intervenção. O líder da Nova Democracia defendeu a necessidade de despartidarização dos órgãos públicos, sustentando que a polícia, os tribunais e a administração pública devem servir o Estado e os cidadãos, e não interesses partidários.

liação permanecerá incompleta e a confiança pública continuará fragilizada. Outro elemento relevante do discurso foi a abordagem da dimensão territorial da reconciliação. Muchanga argumentou que a paz duradoura exige uma distribuição mais equilibrada das oportunidades e dos benefícios do desenvolvimento entre as diferentes regiões do País. Nesse sentido, referiu que o Norte, o Centro e o Sul devem beneficiar de forma equitativa da ação do Estado e dos recursos nacionais, evitando que persistam sentimentos de marginalização ou exclusão. A partir de Nampula, uma das províncias mais populosas e economicamente estratégicas do País, o Muchanga, o líder, sublinhou que a riqueza gerada localmente deve produzir impactos concretos na melhoria das condições de vida das populações locais, sem prejuízo do interesse nacional. A juventude ocupou igualmente um espaço importante na reflexão apresentada. Para Muchanga, não haverá reconciliação autêntica enquanto milhares de jovens continuarem



sem acesso a emprego, terra, financiamento e oportunidades económicas. Na sua interpretação, a

estabilidade política depende também da capacidade do Estado de responder às expectativas de uma geração

que constitui a maioria da população moçambicana e que frequentemente se sente excluída dos benefícios

sua intervenção: “O diálogo nacional inclusivo deve ser um pedido de desculpas ao povo moçambicano”.

changa apelou à participação ativa dos cidadãos nas audições provinciais, defendendo que o diá-



do crescimento económico.

O mesmo raciocínio foi estendido aos antigos combatentes da luta de libertação nacional e da Renamo.

Segundo afirmou, o país não pode continuar a celebrar discursos de unidade nacional enquanto muitos daqueles que participaram nos momentos decisivos da sua história vivem em condições de pobreza e abandono.

Uma das passagens mais marcantes da intervenção surgiu quando o líder da Nova Democracia defendeu que a reconciliação exige coragem para reconhecer responsabilidades.

Sem defender uma lógica de vingança ou ajuste de contas, Muchanga sustentou que os erros cometidos pelo Estado, pelos partidos políticos e pelos próprios líderes devem ser assumidos de forma transparente.

Foi neste contexto que formulou a frase que acabou por sintetizar toda a

A expressão representa uma das formulações mais fortes surgidas até agora no âmbito das audições provinciais e traduz uma visão segundo a qual a reconstrução da confiança entre governantes e governados passa necessariamente pelo reconhecimento das falhas acumuladas ao longo dos anos.

No entendimento de Salomão Muchanga, a reconciliação não pode ser construída sobre o esquecimento, mas sim sobre uma memória coletiva capaz de reconhecer toda a complexidade da história nacional.

Defendeu, por isso, um ensino da história que inclua, sem filtros ideológicos, os diferentes períodos que moldaram o País, desde o colonialismo à luta de libertação, passando pela guerra civil e pela construção da democracia multipartidária.

Ao encerrar a sua intervenção, Salomão Mu-

logo não deve pertencer apenas aos partidos ou às elites políticas, mas sim à sociedade como um todo.

Durante os próximos dias, as audições percorrerão os 23 distritos da província de Nampula, num exercício que o líder da Nova Democracia considera decisivo para transformar o atual momento político numa oportunidade histórica de refundação nacional.

Mais do que um processo de consulta, o dirigente vê no Diálogo Nacional Inclusivo a possibilidade de redefinir o contrato social moçambicano e de construir um novo pacto de estabilidade, justiça e desenvolvimento.

A questão que permanece é saber se a classe política estará disposta a transformar esse discurso em ações concretas ou se o País voltará a assistir a mais uma oportunidade perdida de reconciliar definitivamente a sua história com o seu futuro.

Recusa de juiz **expõe dúvidas sobre intervenção judicial** que mudou comando da Tazetta

Documento consultado pela Lupa News revela que um magistrado recusou dirigir a Assembleia Geral da Tazetta Resources por considerar não possuir informações suficientes sobre a empresa e os seus sócios. O episódio lança novas interrogações sobre o processo judicial que afastou a anterior gestão, nomeou uma administração transitória e já começa a produzir impactos entre os trabalhadores.

A crise que envolve a empresa Tazetta Resources está longe de conhecer um desfecho. Pelo contrário, novos documentos e posicionamentos surgidos nas últimas semanas parecem aprofundar as dúvidas em torno da intervenção judicial que alterou a estrutura de gestão da companhia e abriu uma disputa com potenciais repercussões para a segurança jurídica empresarial no país.

No centro do caso está um despacho do juiz Celso Alexandre, que determinou a cessação da anterior direcção da empresa, ordenou a convocação de uma Assembleia Geral e nomeou uma comissão de gestão transitória liderada pelo antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, Carlos Martins. Entretanto, um documento que deu entrada no tribunal a 3 de Julho e que foi consultado pela Lupa News revela um episódio que poderá levantar novas questões sobre os fundamentos e os procedimentos adoptados ao longo do processo.

Trata-se da recusa do juiz Júlio José Elias, magistrado afecto à Secção de Instrução Criminal do mesmo tribunal, em assumir a presidência da Assembleia Geral da Tazetta Resources, para a qual havia sido indicado.

Um “não” fundamentado

Na comunicação dirigida ao colega, Júlio José Elias deixa claro que não se considera em condições de exercer aquela função.

A principal razão apresentada é a ausência de conhecimento suficiente sobre a estrutura societária da empresa, os seus estatutos, os



contratos que regulam a sua actividade e os elementos essenciais para compreender a natureza do conflito em curso.

Segundo o magistrado, as informações de que dispõe são limitadas e decorrem apenas da leitura da sentença relacionada com o caso, não tendo sido realizadas diligências que permitissem o acesso à documentação societária necessária para uma avaliação aprofundada.

Mais do que uma simples recusa, o documento constitui uma chamada de atenção para a necessidade de fundamentação e conhecimento técnico quando estão em causa decisões relacionadas com a vida interna de empresas privadas.

O magistrado sustenta que a condução de uma Assembleia Geral exige domínio dos instrumentos que regulam o funcionamento da sociedade, incluindo os seus estatutos e contratos sociais, sob pena de se tomar decisões sem o devido enquadramento legal e empresarial.

A posição assumida ganha particular relevância por partir de um magistrado chamado a executar uma etapa importante do processo desencadeado pelo próprio tribunal.

Questões que permanecem sem resposta

A recusa acaba por levantar uma questão mais ampla: se um magistrado considera não possuir elementos suficientes para dirigir uma Assembleia Geral, até que ponto os intervenientes envolvidos no processo

dispõem de toda a informação necessária para tomar decisões que alteram a governação de uma empresa privada?

Esta interrogação ganha força num momento em que o processo já produziu consequências concretas, incluindo o afastamento da anterior administração e a criação de uma estrutura transitória de gestão.

Embora o tribunal tenha justificado as suas decisões com base nos elementos constantes dos autos, a posição de Júlio José Elias sugere que persistem dúvidas sobre o acesso e a suficiência da informação societária disponível.

Carlos Martins e as contradições do processo

É neste contexto que surge a nomeação de Carlos Martins para dirigir a comissão de gestão transitória.

O antigo Bastonário foi apresentado pelo tribunal como uma personalidade de reconhecido mérito e reputação profissional, chamada a garantir a condução da empresa até à eleição dos novos órgãos sociais.

Contudo, as declarações prestadas pelo próprio Carlos Martins à imprensa acabam por acrescentar um novo elemento de reflexão ao caso.

Questionado sobre a sua ligação à empresa, o jurista afirmou não conhecer a Tazetta Resources, os seus administradores, os seus sócios ou os contornos do conflito que originou a disputa.

“Não sou sócio da empresa.”, declarou.

Martins esclareceu ainda que nunca fez parte da empresa, a sua missão resulta exclusivamente de uma determinação judicial e que deverá limitar-se a assegurar uma administração provisória.

As declarações não colocam em causa a idoneidade do advogado, mas acabam por alimentar o debate sobre os critérios adoptados para a gestão transitória de uma empresa envolvida num conflito societário complexo.

Trabalhadores sentem os efeitos da instabilidade

Enquanto os processos judiciais prosseguem e os accionistas aguardam pelos próximos desenvolvimentos, os primeiros impactos começam a ser sentidos pelos trabalhadores.

Informações recolhidas pela Lupa News indicam que os salários referentes ao mês de Junho continuam por regularizar, situação que está a aumentar a inquietação entre os funcionários.

Além da questão salarial, existem preocupações relacionadas com o cumprimento de compromissos anteriormente assumidos pela administração cessante e com a capacidade da actual estrutura transitória para assegurar a continuidade normal das operações.

Para os trabalhadores, a disputa deixou de ser apenas um conflito entre sócios ou uma questão de interpretação jurídica. Os seus efeitos começam a reflectir-se directamente no quotidiano da empresa e na estabilidade das famílias que

dependem da sua actividade.

Entre a justiça e a governação empresarial

O caso Tazetta Resources está gradualmente a transformar-se num teste à forma como os tribunais intervêm em conflitos societários em Moçambique.

Por um lado, existe a necessidade de proteger os direitos dos accionistas e assegurar o cumprimento da lei. Por outro, emerge a preocupação de que intervenções judiciais em estruturas empresariais complexas sejam acompanhadas por mecanismos suficientemente robustos para garantir previsibilidade, estabilidade e confiança dos diferentes actores envolvidos.

A recusa de um magistrado em conduzir uma Assembleia Geral por considerar insuficientes os elementos disponíveis e a nomeação de uma gestão transitória liderada por uma personalidade que admite não conhecer a empresa são episódios que acrescentam novas camadas de complexidade a um processo já marcado por controvérsias.

Com a Assembleia Geral ainda por realizar e a disputa societária longe de uma solução definitiva, a Tazetta Resources permanece num terreno de incerteza, onde as decisões dos próximos meses poderão ter impacto não apenas sobre o futuro da empresa, mas também sobre a percepção da segurança jurídica e da governação corporativa no país.

Lupa News – Jornalismo ao Pormenor

FICHA TÉCNICA**Nome:** Lupa News**Director Executivo:** Nelson Marqueza**Slogan:** "Jornalismo ao Pormenor"

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)

Fundação: 2016

Reg:17/GABINFO-DEPC/2016

Natureza: Jornal independente**Sede:** Maputo, Moçambique | Bairro Sommerschild 2, Rua do Rio RaragaEmail: jornal@lupa-news.com

Cell: (+258) 874007740/ 846496744

Website: www.lupa-news.com**Estrutura Editorial****Director Executivo:** Nelson Marqueza**Equipa Editorial:** Bernardo Soares, Leddo Luís, mais Colaboradores independentes, correspondentes e repórteres convidados**Linha Editorial**

Independência, rigor e credibilidade

Jornalismo investigativo e crítico

Promoção do debate público e fortalecimento da cidadania

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)



Estatuto Editorial

LUPA News é um órgão de informação independente do poder político, grupos económicos, sociais, religiosos entre outros.

LUPA News é especializado em Cultura, mas também generalista e pluralista, que respeita a ética e deontologia jornalística, os direitos e deveres da liberdade de expressão e de informação de acordo com a Lei de Imprensa e a Constituição da República, bem como as orientações definidas pela Direcção do jornal.

LUPA News é apresentado em plataformas digitais e, dependendo das necessidades, pode também ser apresentado em suporte de papel.

LUPA News serve a grandes objectivos universais a alcançar, nomeadamente Liberdade de Expressão, Democracia e Pluralismo Mediático, Cidadania, e Desenvolvimento Social e Humano.

LUPA News trata a informação com critérios de responsabilidade, isenção, criatividade sem sensacionalismo, rigor, equilíbrio, profundidade tendo sempre em conta o respeito pela pessoa humana e interesse territorial.



Manutenção da rede **obriga a cortes programados de energia em vários bairros** da Província de Maputo



Interrupções no fornecimento de energia eléctrica vão ocorrer esta quarta e quinta-feira, entre as 07h00 e as 15h00, para permitir trabalhos de manutenção preventiva das infra-estruturas da EDM.

Balucue, Tsa Tse, Ribangua, Swuinhaquene, Manchiana, Chicunguluine, Chibarranine, Mitilene, Malavela, Melembe, Mahoxana, Nwamatibjana, 7 de Abril, 8 Congresso Ribangua e o Povoado de Palmeira.

Já na quinta-feira, 09 de

Julho, no mesmo horário, das 07h00 às 15h00, a interrupção do fornecimento de energia afectará os bairros Mussumbuluko, Sikwama e parte do bairro Malhampsene.

A empresa recomenda aos consumidores das zonas abran-

gidas que adoptem as medidas de segurança necessárias durante o período dos trabalhos, advertindo que, por razões de precaução, todas as instalações eléctricas devem ser consideradas permanentemente em tensão.

A EDM lamenta os even-

tuais transtornos decorrentes das interrupções temporárias e reitera que as intervenções programadas são essenciais para a conservação da rede e para a prevenção de avarias que possam comprometer a estabilidade do sistema eléctrico.

Vários bairros da Província de Maputo estarão sem energia eléctrica esta quarta e quinta-feira, entre as 07h00 e as 15h00, devido a trabalhos de manutenção preventiva da rede de distribuição levados a cabo pela Electricidade de Moçambique (EDM).

A medida foi anunciada pela empresa através de um comunicado de imprensa, no qual esclarece que as interrupções programadas visam assegurar a operacionalidade, segurança e fiabilidade das infra-estruturas eléctricas, contribuindo para a melhoria da qualidade do fornecimento de energia aos consumidores.

De acordo com a EDM, na quarta-feira, 08 de Julho, os cortes irão abranger os bairros de Rihondzo, Xibebe, Cambeve,



Da busca do Jornalista que investigava o negócio da madeira

Amnistia Internacional exige devolução imediata do material de trabalho de Estácio Valoi

Amnistia Internacional organização de direitos humanos exigiu às autoridades moçambicanas a devolução imediata do equipamento de trabalho do jornalista investigativo “Estácio Valoi, jornalista moçambicano” apreendido durante uma operação do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), considerando que a retenção contínua dos dispositivos viola normas nacionais e internacionais de protecção da liberdade de imprensa.

Numa carta dirigida ao Procurador-Geral da República, Américo Letela, datada de 3 de Julho, a organização sustenta que as autoridades ainda não apresentaram qualquer fundamento factual ou jurídico que justifique a manutenção da apreensão do computador portátil, dois telemóveis e um tablet confiscados durante buscas realizadas na residência do jornalista, na cidade de Pemba, província de Cabo Delgado.

Segundo a Amnistia Internacional, qualquer acesso ou retenção de dispositivos electrónicos pertencentes a jornalistas deve obedecer a critérios rigorosos de legalidade, necessidade e proporcionalidade, além de garantir a protecção absoluta das fontes jornalísticas. A organização alerta que a manutenção do material apreendido impede Estácio Valoi de exercer a sua actividade profissional e coloca em risco a confidencialidade das informações recolhidas no âmbito do seu trabalho investigativo.

A organização acrescenta que o processo criminal contra o jornalista está relacionado com reportagens sobre crimes ambientais e alegado tráfico ilegal de madeira em Cabo Delgado, matérias que têm sido alvo de investigação por parte de Valoi há mais de uma década. De acordo com a nota, a apreensão dos equipamentos ocorre num contexto de crescente pressão judicial sobre o jornalista, após uma acção por difamação intentada pela empresa Safi Timber na sequência de uma



investigação publicada em 2025.

A Amnistia Internacional manifesta igualmente preocupação com denúncias segundo as quais um dos equipamentos apreendidos poderá ter sido acedido sem autorização do jornalista. Segundo a organização, caso se confirme, a situação representará uma séria ameaça à protecção das fontes e ao exercício do jornalismo investigativo independente. Até ao momento, as autoridades moçambicanas não se pronunciaram publicamente sobre essa alegação.

No documento, a organização recorda que Moçambique é Estado Parte do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos tratado internacional de direitos humanos Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, tratado regional africano, instrumentos que garantem a liberdade de expressão e a protecção da actividade jornalística. A Amnistia defende que qualquer limitação a esses direitos deve ser prevista por lei, necessária e proporcional ao objectivo legítimo que se pretende alcançar.

A organização internacional aproveita ainda para recordar outros episódios envolvendo jorna-

listas em Cabo Delgado, incluindo detenções arbitrárias, desaparecimentos e actos de intimidação, sustentando que tais ocorrências contribuem para um ambiente de medo entre profissionais da comunicação social que cobrem temas ligados ao conflito armado, corrupção e exploração ilegal de recursos naturais.

Até ao momento, o SERNIC e a Procuradoria-Geral da República não anunciaram qualquer decisão sobre a devolução do equipamento de trabalho de Estácio Valoi. Enquanto isso, organizações nacionais e internacionais de defesa da liberdade de imprensa continuam a acompanhar o caso, considerando-o um teste à protecção do jornalismo investigativo e das garantias constitucionais da liberdade de expressão em Moçambique.

Da busca do Jornalista que investigava o negócio da madeira

Entre contentores suspeitos, acusações de corrupção no sector florestal e uma diligência judicial contra o jornalista que acompanhava o caso, a polémica SAFI Timber expõe uma das

mais complexas disputas recentes sobre recursos naturais em Moçambique — onde ainda persistem perguntas sem resposta, versões contraditórias e zonas de sombra institucionais.

O caso SAFI Timber deixou há muito de ser apenas uma disputa administrativa sobre exportação de madeira. Hoje, é um processo fragmentado em múltiplas frentes — judicial, política, empresarial e jornalística — que se cruzam num ponto comum: a ausência de respostas claras sobre o que aconteceu com os 111 contentores de madeira no Porto da Beira e sobre o ambiente institucional que envolve o sector florestal.

O último capítulo desta história não aconteceu num tribunal nem num porto. Aconteceu na casa de um jornalista.

A diligência judicial realizada em Pemba, que resultou na apreensão de equipamentos electrónicos do jornalista investigativo Estácio Valoi, trás de volta o debate sobre a transparência do processo e levantou novas dúvidas sobre a relação entre investigação jornalística e investigações judiciais em curso.

Organizações de direitos hu-

manos afirmam que, durante a operação, terão ocorrido tentativas de eliminação de conteúdos ligados ao trabalho do jornalista — uma acusação grave que, a confirmar-se, introduz um novo nível de complexidade ao caso.

Os 111 contentores: o início da controvérsia

A origem da polémica remonta à denúncia de uma alegada tentativa de exportação de 111 contentores de madeira pela empresa SAFI Timber através do Porto da Beira, num contexto em que parte da madeira em causa estaria sujeita a restrições legais de exportação.

A operação mobilizou autoridades florestais, alfandegárias e portuárias, numa das maiores verificações do género registadas no sector.

Durante a inspecção física dos contentores, as autoridades anunciaram um resultado inesperado: não foi encontrada madeira em toro.

Em vez disso, segundo declarações oficiais, os contentores continham madeira serrada em diferentes formatos.

A conclusão ime- ►

diata parecia afastar a suspeita inicial — mas não encerrou o caso. Pelo contrário, abriu uma nova frente: a legalidade global da operação

mecanismos de fiscalização.

Um sector sob suspeita recorrente

criminal e liberdade de imprensa.

Se confirmadas, estas alegações levantam questões sobre o tratamento de material jornalístico, a protecção de fontes

deira serrada? As denúncias de corrupção e tentativa de extorsão foram formalmente investigadas? Existe ou não ligação entre a investigação jornalística e a diligên-

corrupção e alegada captura de instituições. No meio, jornalistas investigativos que procuram documentar o processo e acabam envolvidos na própria controvérsia.



de exportação e a consistência dos processos administrativos associados.

A pergunta mudou de natureza: já não era apenas o que havia nos contentores, mas como e por que razão aquela exportação tinha sido autorizada ou permitida naquele formato.

A empresa contra-ataca: denúncias de corrupção

Num movimento pouco comum em processos desta natureza, a própria SAFI Timber avançou com acusações públicas contra responsáveis do sector florestal.

A empresa denunciou alegadas irregularidades na suspensão da sua licença de exportação, afirmando que o processo teria violado procedimentos administrativos e princípios legais básicos, incluindo o direito à audiência prévia.

Mais grave ainda, a empresa afirmou ter sido alvo de uma alegada tentativa de extorsão, envolvendo um pedido de 15 milhões de meticais para evitar o cancelamento definitivo da licença.

As denúncias apontaram para a existência de redes de influência dentro do sector, sugerindo que o caso ultrapassava o nível técnico-administrativo e poderia envolver práticas de corrupção institucional.

Estas alegações, por si só, deslocaram o eixo do debate: o problema deixou de ser apenas o cumprimento da lei florestal e passou a incluir a integridade dos próprios

O sector florestal moçambicano não é estranho a controvérsias.

Ao longo dos anos, diversos relatórios e investigações independentes têm apontado fragilidades estruturais na fiscalização, desde a circulação de licenças em condições duvidosas até à exportação de espécies protegidas sob documentação irregular. É neste contexto que o caso SAFI Timber ganha relevância ampliada.

Não se trata apenas de uma empresa ou de uma operação isolada, mas de um sistema onde múltiplos actores — públicos e privados — interagem num ambiente frequentemente marcado por opacidade e fraca rastreabilidade documental.

O ponto de viragem: quando o jornalismo entra no caso

A investigação jornalística sobre os 111 contentores, conduzida por Estácio Valoi, passou a desempenhar um papel central na leitura pública do caso.

As reportagens levantavam questões críticas: a natureza da madeira exportada, a consistência das licenças, o funcionamento das entidades de fiscalização e a eventual existência de redes de facilitação no sector.

Foi precisamente neste ponto que, segundo a RMDDH, surgiram os acontecimentos mais recentes.

A apreensão de equipamentos do jornalista e as alegações de que conteúdos investigativos teriam sido alvo de interferência durante a diligência judicial colocam o caso num território sensível: o da relação entre investigação

e o respeito pelo sigilo profissional — pilares fundamentais do jornalismo investigativo.

O que está realmente em causa

No centro da polémica persistem perguntas estruturais que ainda não foram respondidas de forma definitiva pelas autoridades: Que irregularidades concretas motivaram a suspensão da licença da SAFI Timber? Qual foi a base técnica e legal para a abertura e inspecção dos 111 contentores?

Por que razão a suspeita inicial de madeira em toro não se confirmou? Que avaliação foi feita sobre a legalidade da exportação de ma-

cia judicial realizada em Pemba?

A ausência de respostas públicas claras mantém o caso num estado de suspensão narrativa, onde versões oficiais, denúncias empresariais e investigações jornalísticas coexistem sem convergência definitiva.

Um caso que ultrapassa a madeira

Mais do que um litígio sobre exportação florestal, o caso SAFI Timber tornou-se um espelho de tensões mais profundas.

De um lado, a necessidade de proteger recursos naturais estratégicos e garantir o cumprimento da lei. Do outro, denúncias de

É neste cruzamento que o caso ganha dimensão nacional.

Porque já não se trata apenas de madeira, contentores ou licenças. Trata-se da forma como o Estado responde a denúncias, investiga suspeitas, protege instituições e garante — ou não — condições para que o jornalismo investigativo possa operar sem pressões ou intimidação.

Enquanto essas questões permanecem sem resposta, o caso SAFI Timber continua aberto — não apenas nos tribunais ou nas alfândegas, mas no espaço público, onde a confiança nas instituições e na transparência do processo continua em disputa.





ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

PRÉMIO DE JORNALISMO EDM 2026



TEMA ELEGÍVEL:
**DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO: COMO A TECNOLOGIA
PODE MELHORAR O SERVIÇO AO CLIENTE NA EDM**

Trabalhos Publicados no Período entre 1 de Janeiro à 30 de Outubro de 2026
São também elegíveis trabalhos publicados em línguas nacionais

Categoria do Prémio

- Rádio
- Televisão
- Imprensa (Inclui o webjornalismo)
- Prémio Jovem Jornalista (Nova Categoria)
- Imagem (Fotojornalismo e Vídeo-reportagem)

Premiação para cada Categoria

- 1º Classificado - 225 000 Mt
- 2º Classificado - 175 000 Mt
- 3º Classificado - 125 000 Mt

Nota: À Categoria de Imagem será atribuído o prémio apenas ao 1º classificado, o valor de:

- a) 175 000 MT - Fotojornalismo;
- b) 175 000 MT - Vídeo-reportagem.

Submissão dos Trabalhos de 01 Maio à 30 de Outubro de 2026

concurso.jornalismo@edm.co.mz
Local: Av. Agostinho Neto, N° 70 – 6º andar.
Electricidade de Moçambique, E.P.
Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais

CÓDIGO QR
PARA O REGULAMENTO





Por: Caetano Melhor

Quando a democracia começa a ter medo das palavras

Começo este texto com um provérbio africano que diz: quem não consegue impedir a chuva tenta proibir as nuvens. Em Moçambique, parece que estamos prestes a inovar a sabedoria popular, como ainda não conseguimos impedir que cada eleição termine envolta em suspeitas, decidiu-se experimentar uma solução inovadora saída da engenharia política nacional criminalizar quem disser que ganhou antes da hora. É a mais recente proposta saída do chamado Diálogo Nacional Inclusivo. Segundo a iniciativa, a auto-proclamação de vencedor das eleições poderá passar a constituir crime. Que brilhante evolução da nossa democracia!

Durante décadas discutimos fraude eleitoral, enchimento de urnas, editais alterados, desaparecimento de actas, reclamações ignoradas, decisões contestadas, desconfiança nas instituições e conflitos pós-eleitorais. Finalmente descobrimos o verdadeiro culpado de todas as crises, o verbo “ganhar”

Os engenheiros políticos descobriram que o problema nunca foram as eleições, mas sim a conjugação verbal, o mais curioso é que

esta proposta parece partir de um pressuposto perigosamente ingénuo, acredita que as crises eleitorais começam quando um candidato autoproclama-se vencedor.

Não começam, começam quando milhões de cidadãos deixam de acreditar em quem conta os votos, há uma diferença gigantesca entre fabricar uma mentira e fabricar um ambiente onde toda a verdade passa a ser suspeita. É precisamente aí que a proposta tropeça, ela combate o sintoma com a arrogância de quem nunca quis olhar para a doença.

A política moçambicana tem uma estranha vocação para legislar sobre o eco e ignorar a explosão. Quando há fumaça, não procura o incêndio, procura quem gritou “fogo”. É mais cómodo o incêndio exige coragem, o grito exige apenas polícia.

Imaginemos por um instante o mundial de futebol que decorre nos Estados Unidos, o árbitro apita mal, anula golos legítimos valida golos irregulares, expulsa apenas jogadores de uma equipa, ignora as orientações do VAR. E, no fim, a FIFA reúne-se de urgência para anunciar uma reforma histórica nunca antes vista. Não será para melhorar a arbitragem, será para prender os adeptos que gritarem “fomos roubados”. Ridículo? Pois é exactamente essa

a lógica que esta proposta transmite a muitos cidadãos.

Não deixa de ser fascinante observar como o Estado se torna extremamente rápido quando o assunto é criar novos crimes. Mas extraordinariamente lento quando se trata de criar novas garantias, garantias de transparência, garantias de imparcialidade, garantias de auditoria, garantias de responsabilização, garantias de prestação de contas, garantias de confiança.

A criatividade jurídica parece funcionar melhor quando serve para vigiar cidadãos do que quando serve para vigiar o próprio Estado.

Há algo de profundamente irónico nesta obsessão. Querem criminalizar quem anuncia uma vitória. Mas continuam sem convencer grande parte da sociedade de que as vitórias anunciadas oficialmente são sempre incontestáveis. É como vender cadeados para uma casa cuja porta continua aberta. O problema nunca foi a chave. É a fechadura. Se existe um candidato que mente deliberadamente sobre uma vitória inexistente, a própria transparência eleitoral deveria ser suficiente para desmenti-lo em poucas horas.

Resultados claros, editais públicos, digitalização completa, fiscalização independente, contagem transparente. Quando as instituições funcionam, a mentira morre

de vergonha. Quando as instituições falham, a mentira ganha audiência, não por mérito próprio, mas porque a verdade perdeu credibilidade.

Talvez seja essa a pergunta que ninguém deseja responder. Por que razão tantos cidadãos acreditam mais nas conferências de imprensa dos partidos do que nas conferências das instituições eleitorais? Será apenas irresponsabilidade popular? Ou será consequência de uma longa história de dúvidas nunca suficientemente esclarecidas?

Confiança não nasce por decreto, nasce da repetição da justiça. Legitimidade não se impõe constrói-se. O Diálogo Nacional Inclusivo corre o risco de transformar-se numa oficina de remendos constitucionais, em vez de reconstruir os alicerces da democracia, discute-se a cor das cortinas.

Enquanto a casa apresenta fissuras profundas, celebra-se a instalação de um novo cadeado na porta da sala, as paredes continuam a rachar. Mas, pelo menos, ninguém poderá comentar o barulho. Há crimes que ameaçam verdadeiramente uma eleição, comprar votos, intimidar eleitores, usar recursos públicos para campanhas, manipular editais, falsificar actas, encher urnas, excluir fiscais, violar a neutralidade das instituições, esses crimes rou-

bam a soberania popular.

Já proclamar uma vitória sem fundamento pode ser irresponsável, pode ser precipitado e pode gerar tensão, mas só prospera politicamente quando encontra um terreno fértil de desconfiança. Quem deseja eliminar a proclamação prematura deveria começar por eliminar as razões que fazem tanta gente desconfiar dos resultados.

No fundo, esta proposta parece tratar a febre quebrando o termómetro, a temperatura continua alta, a doença continua instalada, mas agora será proibido mostrar quantos graus tem. É uma solução elegante apenas para quem governa estatísticas e não realidades.

A democracia nunca morre no dia em que alguém grita “eu ganhei”. Ela começa a adoecer no dia em que os cidadãos deixam de acreditar que quem anuncia o vencedor chegou lá apenas pela força do voto. Esse é o verdadeiro debate. O resto é decoração jurídica. Porque leis podem prender palavras. Mas nunca conseguirão prender a dúvida ou também iremos criminalizar a dúvida? E quando uma democracia passa a legislar contra a dúvida, talvez não seja a dúvida que esteja em excesso. Talvez seja a confiança que esteja perigosamente em falta.



Por: Roberto Tibana

O embuste do diálogo excludente em implosão

O Daniel Chapo e a equipa dele de Ministros são génios. São capazes de fazer mais do que foi feito nos últimos 50 anos para dividir os moçambicanos e desorganizar o país. O Daniel Chapo inventou um diálogo político a que deu o adjectivo de INCLUSIVO que EXCLUÍ o principal oponente

político e a grande maioria da sociedade que se revê nele. Os que se meteram nesse diálogo com pés e mãos agora estão a morder-se na pocilga. Disseram que nunca seriam engolidos, mas já estavam a falar a partir do estômago e intestinos de alguém.

Hoje o seu ministro de planeamento e desenvolvimento, com ajuda de doadores externos e uma cabala de “or-

ganizações da sociedade civil” organizou um bazar de um dia ao fim do qual quiseram enfiar a todos uma pretenciosa “Declaração de Maputo” em nome dos participantes. Mas o Pedro Couto (um ex ministro de Estado) levantou-se e disse basicamente que a declaração lida é um embuste que não deve ser considerado um consenso da conferência porque nem sequer foi

circulada como rascunho e muito do que está nele nem foi discutido durante o dia.

Os doadores ou “parceiros externos” devem ter muito cuidado com o que andam a fazer em Moçambique. Lembrem-se de uma coisa: governos passam, mas os povos ficam. Não se metam a patrocinar coisas que não unem os moçambicanos. Individualmente vocês estão

de passagem em Moçambique. Mas a memória dos moçambicanos ficará sempre aqui. Se não sabem o que fazer em Moçambique, se calhar é melhor porem-se de lado. Porque uma coisa é certa: os moçambicanos vão resolver o desafio de governação de Moçambique. E não falta muito para isso. Nem que tenhamos que começar de cinzas.

Nova lei do Fundo Soberano aprovado em Nairobi coloca Moçambique perante uma questão central

Quênia reserva **30% das receitas petrolíferas** para o futuro



A decisão do Quênia de canalizar 30% das futuras receitas provenientes do petróleo e dos recursos minerais para um fundo soberano destinado às próximas gerações reacende o debate sobre a gestão da riqueza extractiva em África e coloca novamente Moçambique perante uma questão central: estará o país preparado para transformar os seus recursos naturais em prosperidade duradoura?

Ao promulgar a nova Lei do Fundo Soberano, o Presidente queniano, William Ruto, justificou a medida com um argumento simples, mas poderoso: os recursos naturais são finitos e não podem beneficiar apenas a geração que os explora. O modelo aprovado em Nairobi prevê não apenas a constituição de uma reserva para o futuro, mas também mecanismos de estabilização económica e

financiamento de infraestruturas estratégicas, inspirados na experiência da Noruega, considerada uma referência mundial em matéria de gestão de receitas petrolíferas.

A iniciativa surge num momento em que Moçambique se prepara para entrar numa fase decisiva da exploração do gás natural da Bacia do Rovuma, um dos maiores investimentos energéticos do continente africano. O país aprovou o seu Fundo Soberano em 2023, apresentado como um instrumento para garantir que as receitas do gás beneficiem tanto a geração actual como as futuras. Contudo, desde a sua criação, o mecanismo tem sido alvo de intenso escrutínio por parte de economistas, organizações da sociedade civil e especialistas em governação.

A principal preocupação prende-se com a capacidade institucional do Estado moçambicano para assegurar uma gestão transparente, independente e protegida de interesses políticos de curto prazo. Embora a legislação nacional preveja

regras de aplicação das receitas, mecanismos de supervisão e prestação de contas, persistem dúvidas sobre a robustez dos sistemas de fiscalização e sobre a efectiva autonomia das entidades responsáveis pela administração dos recursos.

O debate torna-se ainda mais sensível quando se recorda que Moçambique continua a enfrentar elevados níveis de pobreza, défices estruturais em sectores como saúde, educação, abastecimento de água e infraestruturas, ao mesmo tempo que deposita grandes expectativas nas futuras receitas do gás natural. Neste contexto, a pressão para utilizar rapidamente esses recursos poderá colidir com o princípio de poupança intergeracional que está na base de qualquer fundo soberano.

A experiência queniana oferece um elemento adicional de reflexão. Nairobi decidiu estabelecer regras claras antes da materialização plena das receitas provenientes dos seus recursos minerais e petrolíferos. A mensagem

política é inequívoca: criar salvaguardas antes que o dinheiro comece a fluir. Em Moçambique, pelo contrário, muitos observadores defendem que a verdadeira prova de fogo do Fundo Soberano ainda está por vir, quando as receitas do gás atingirem níveis significativos e surgirem pressões para financiar despesas correntes ou responder a crises económicas e sociais.

Outra questão relevante é a transparência. O modelo queniano prevê mecanismos explícitos de prestação de contas e restrições à utilização dos recursos. Em Moçambique, organizações da sociedade civil têm insistido na necessidade de divulgação regular das aplicações financeiras do Fundo Soberano, da composição dos seus activos e dos critérios que orientam as decisões de investimento. A credibilidade do instrumento dependerá, em larga medida, da confiança pública na sua gestão.

A história recente do país demonstra que a abundância de recursos naturais não

garante desenvolvimento. Pelo contrário, vários países ricos em petróleo, gás e minerais acabaram por enfrentar fenómenos de corrupção, endividamento excessivo e desigualdades persistentes. É precisamente para evitar essa chamada “maldição dos recursos” que os fundos soberanos foram concebidos.

O exemplo do Quênia mostra que a corrida africana pelos recursos naturais está a ser acompanhada por uma crescente preocupação com a governação e a sustentabilidade. Para Moçambique, a questão já não é apenas quanto dinheiro o gás irá gerar, mas sobretudo como esse dinheiro será administrado, fiscalizado e transformado em benefícios concretos para os cidadãos.

Num país onde as expectativas em torno do gás natural são enormes, o sucesso ou fracasso do Fundo Soberano poderá determinar se a riqueza do subsolo se converterá num legado nacional ou numa oportunidade perdida para as gerações futuras.

LUPA

CARGO & MOBILITY

TRANSPORTE INTELIGENTE, ENTREGA GARANTIDA.

Soluções inteligentes de transporte e logística para particulares, empresas e organizações.



OS NOSSOS SERVIÇOS



TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Conforto, segurança e pontualidade em cada viagem.



ENTREGA DE ENCOMENDAS

Entregamos com rapidez, segurança e responsabilidade.



MUDANÇAS DE RESIDÊNCIA

Serviço discreto, cómodo e totalmente seguro.

TAMBÉM OFERECEMOS:

- 📦 Distribuição de mercadorias
 - 📦 Logística local e empresarial
 - 📦 Recolha e entrega porta a porta
 - 📦 Apoio logístico para eventos
 - 📦 Entrega de documentos
- e muito mais!

PORQUÊ ESCOLHER A LUPA?



CONTACTE-NOS

- ☎️ +258 874007740
- ✉️ lupanews@gmail.com
- 📍 Maputo, Moçambique

LUPA

CARGO & MOBILITY

Transporte inteligente, entrega garantida.



Mau tempo desvia voos da LAM e provoca perturbações no tráfego aéreo de Maputo



Dois aviões provenientes de Nampula e Quelimane não conseguiram aterrar na capital devido às condições meteorológicas adversas e foram encaminhados para a Beira. Companhia alerta para atrasos e alterações operacionais.

belecidos pela aviação civil. O impacto da situação estende-se para além dos voos directamente afectados. Segundo a LAM, os constrangimentos operacionais registados em Maputo poderão provocar atrasos, alterações de horários e outros ajustamentos em diferentes liga-

ções domésticas, enquanto decorre o processo de normalização das operações.

A transportadora sublinha que todas as decisões tomadas tiveram como base critérios de segurança operacional. “A segurança dos passageiros, das tripulações e das aeronaves continua a ser a prin-

cipal prioridade da LAM”, refere a nota da empresa.

A companhia acrescenta que continua a acompanhar a evolução das condições meteorológicas em estreita coordenação com as autoridades aeroportuárias e os serviços de controlo de tráfego aéreo, com o objectivo de retomar a

normalidade operacional logo que estejam reunidas todas as condições de segurança.

Embora a situação esteja fora do controlo da empresa, a LAM reconhece os transtornos causados aos passageiros e agradece a compreensão e colaboração dos viajantes afectados.

As condições meteorológicas adversas que atingiram Maputo durante a tarde de domingo e a madrugada desta segunda-feira provocaram perturbações nas operações aéreas da Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), obrigando ao desvio de voos e afectando a programação de chegadas e partidas no Aeroporto Internacional de Maputo.

A companhia aérea informou, através de um comunicado, que o agravamento das condições atmosféricas impediu a aterragem segura de algumas aeronaves na capital do país, levando ao encaminhamento dos voos TM1056, na rota Nampula-Maputo, e TM149, proveniente de Quelimane, para o Aeroporto da Beira.

As duas aeronaves aterram em segurança, numa medida preventiva adoptada para salvaguardar passageiros, tripulações e equipamentos, em conformidade com os procedimentos esta-



Caso Dom Osório

Novas revelações, carta da Diocese e reportagens ampliam debate sobre a investigação

O homicídio de Dom Osório Citora Afonso continua a produzir novos desenvolvimentos que ultrapassam a esfera criminal e alimentam um intenso debate público sobre a transparência da investigação. Nas últimas semanas, uma carta tornada pública pela Diocese de Quelimane e reportagens divulgadas pelos jornais nacionais e locais tais como SAVANA, Canal de Moçambique e Diário da Zambézia acrescentaram novos elementos ao caso, levantando questões sobre alegadas relações financeiras, conflitos internos na Igreja Católica e a condução das investigações.

As reportagens referem que investigadores estariam a analisar transferências de valores alegadamente efectuadas pelo padre Adelino Novais Amado — actualmente em prisão preventiva e considerado pelas autoridades o principal suspeito do homicídio — para diferentes pessoas ligadas à Diocese. Entre os nomes mencionados está o de Dom Estêvão Fernando, actual Bispo da Diocese de Alto Molócuè e Administrador Apostólico da Diocese de Quelimane.

Segundo os órgãos de comunicação social, os alegados movimentos financeiros e contactos entre membros do clero passaram a integrar as linhas de investigação desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC). No entanto, até ao momento, não existe qualquer informação oficial indicando que Dom Estêvão Fernando tenha sido constituído arguido ou formalmente acusado de qualquer crime.

A divulgação destas informações motivou uma reacção da Diocese de Quelimane. Numa carta assinada por Dom Estêvão Fernando, a Igreja manifesta profunda preocupação com o que considera serem sucessivas violações do segredo de justiça, criticando a publicação de informações relacionadas com um processo ainda em investigação.

No documento, a Diocese sustenta que a divulgação de



alegados elementos do processo compromete a presunção de inocência, afecta a reputação das pessoas mencionadas e pode interferir no normal decurso da investigação. A Igreja apela igualmente para que a comunicação social e a sociedade aguardem pelos resultados oficiais das autoridades competentes.

Contudo, a divulgação da carta acabou por produzir um efeito contrário ao pretendido.

Em vez de encerrar o debate, abriu novas interrogações na opinião pública.

Observadores questionam

por que razão a Diocese optou por responder às reportagens sem abordar directamente algumas das alegações concretas nelas contidas, nomeadamente as referências a alegadas transferências financeiras e às relações institucionais entre os intervenientes citados.

Ao mesmo tempo, cresce a expectativa em torno da investigação conduzida pelo SERNIC. Além de identificar os autores materiais do homicídio, a sociedade espera que as autoridades esclareçam se existiram eventuais mandantes, cúmplices ou

outros actores que possam ter desempenhado qualquer papel nos acontecimentos que culminaram na morte do bispo.

O caso assume uma dimensão particularmente sensível por envolver uma das mais importantes instituições religiosas do país e por colocar sob escrutínio relações internas que, até há poucas semanas, permaneciam fora do debate público.

Enquanto as investigações prosseguem, permanece um princípio essencial: as informações divulgadas pela imprensa constituem alegações

baseadas nas suas fontes e não equivalem a conclusões judiciais. Caberá exclusivamente às autoridades competentes confirmar ou afastar qualquer eventual responsabilidade criminal das pessoas mencionadas.

Entretanto, o homicídio de Dom Osório Citora Afonso continua a ser um dos processos criminais de maior impacto em Moçambique, mantendo elevada atenção pública e reforçando as expectativas de que a investigação seja conduzida com independência, transparência e respeito pelo devido processo legal.

LUPA NEWS

Presidente da República **desafia moçambicanos a construir uma visão partilhada** para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do País

O Presidente da República, Daniel Chapo, defendeu esta quarta-feira (08 de Julho de 2026), em Maputo, a necessidade de Moçambique consolidar uma visão nacional partilhada para os próximos 25 anos, assente no diálogo, na inclusão e na transformação estrutural da economia, durante a abertura da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável de Moçambique, organizada pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) em parceria com a Fundação MASC.

Perante representantes do Governo, parceiros de cooperação, academia, sector privado, organizações da sociedade civil e personalidades nacionais e estrangeiras, o Chefe do Estado afirmou que o desenvolvimento sustentável não acontece por acaso, mas resulta de uma combinação de visão estratégica, instituições fortes, políticas consistentes e compromisso colectivo.

“Não nos reunimos apenas para revisitar a nossa história. Estamos aqui para retirar dela as lições que nos permitam construir um Moçambique para todos os moçambicanos, mais inclusivo, mais sustentável e mais preparado para responder aos desafios do futuro”, afirmou.

Daniel Chapo destacou que a Agenda 2025 constitui um dos mais importantes exercícios nacionais de reflexão estratégica já realizados no país, ao mobilizar diferentes sectores da sociedade em torno da construção de uma visão comum sobre o futuro de Moçambique.

Na sua intervenção, o Chefe do Estado prestou homenagem aos cidadãos que contribuíram para a elaboração da Agenda 2025, sublinhando que o legado desse exercício conti-



nua a servir de referência para a definição das prioridades nacionais e para a construção da Visão Moçambique 2050.

Ao fazer o balanço dos últimos 25 anos, o Presidente da República reconheceu os avanços registados em áreas como a consolidação da paz, expansão da rede escolar e sanitária, aumento do acesso à energia eléctrica, telecomunicações, estradas e outras infra-estruturas essenciais, bem como o fortalecimento da integração regional e internacional do país.

Contudo, advertiu que persistem desafios estruturais que exigem respostas coordenadas e de longo prazo, nomeadamente a pobreza, as desigualdades sociais e territoriais, as limitações da produtividade económica, a insuficiente industrialização e a necessidade de criar mais emprego e rendimento para a população, particularmente para os jovens e mulheres.

O Presidente destacou ainda que Moçambique enfrenta

desafios acrescidos decorrentes das alterações climáticas, incluindo cheias, inundações e ciclones, que afectam comunidades, infra-estruturas e sectores produtivos, exigindo uma abordagem de desenvolvimento mais resiliente.

Na componente económica, Daniel Chapo defendeu a necessidade de reduzir a distância entre a economia moderna impulsionada pelos grandes investimentos e a economia doméstica onde se concentra a maioria da população. Para tal, considerou essencial assegurar que os benefícios dos grandes projectos contribuam para dinamizar a agricultura comercial, a indústria nacional, o turismo, as pequenas e médias empresas e a criação de emprego em todo o território nacional.

O Chefe do Estado reafirmou igualmente o compromisso do Governo com a implementação de reformas estruturais destinadas a melhorar o ambiente de negócios, promover o con-

teúdo local, acelerar a digitalização dos serviços públicos, combater a corrupção e reforçar a eficiência das instituições.

Na ocasião, destacou o papel do diálogo nacional inclusivo como instrumento fundamental para a construção da estabilidade política e para o aprofundamento da participação dos cidadãos na definição das prioridades nacionais.

“O desenvolvimento inclusivo e sustentável exige paz, confiança e instituições fortes. Os grandes desafios nacionais encontram as suas melhores soluções quando os moçambicanos se sentam à mesma mesa para dialogar, reflectir e decidir em conjunto”, afirmou.

Sob o lema “Do Diálogo à Acção: Construindo o Moçambique do Futuro”, a conferência reúne especialistas nacionais e internacionais para debater temas relacionados com a transformação estrutural da economia, desenvolvimento do capital humano, governação, posicionamento

estratégico do país e financiamento do desenvolvimento.

O Presidente da República manifestou expectativa de que os debates culminem na adopção da Declaração de Maputo, documento que deverá consolidar consensos, prioridades estratégicas e compromissos nacionais para orientar o desenvolvimento do país nas próximas décadas.

Para Daniel Chapo, a responsabilidade da geração actual é criar as condições para que os recursos naturais, o potencial humano e as oportunidades económicas se traduzam em prosperidade partilhada, redução das desigualdades e melhoria das condições de vida dos cidadãos.

“A abundância de recursos não produz desenvolvimento por si só. O nosso desafio é transformar riqueza natural em riqueza nacional e crescimento económico em desenvolvimento inclusivo e sustentável para todos os moçambicanos”, concluiu.